

## CONSIDERAÇÕES SÔBRE O SENTIDO DA COLONIZAÇÃO

FERNANDO A. NOVAIS

As páginas introdutórias de *Formação do Brasil contemporâneo* (1.<sup>a</sup> edição, 1942), em que Caio Prado Jr. procura definir o "sentido" mais geral e profundo da colonização portuguesa no Brasil (1), constituem indiscutivelmente até hoje o texto mais rico e sugestivo para a compreensão dos mecanismos estruturais de nossa história colonial. Todo o andamento da obra aliás gira em torno daquelas idéias básicas; ao examinar as várias manifestações da vida colonial (povoamento, economia, sociedade, administração, etc), o autor volta constantemente às formulações iniciais, comprovando-as e enriquecendo-as. Curiosamente e infelizmente, o impacto do livro, sem dúvida um marco na nossa historiografia, fêz-se sentir quase que exclusivamente nas análises particulares e não na visão global que sugeria. Como toda grande obra, apresenta uma espinha dorsal de análise, ao mesmo tempo que indica numerosas pistas para investigações particulares; estas fecundaram pesquisas ulteriores, mas aquela visão mais profunda do processo não foi devidamente assimilada.

Assim, continua sendo um lugar comum afirmar-se que o Brasil é fruto da colonização européia, reservar-se, nas histórias gerais do País, alguns capítulos ou mesmo volumes sobre o "período colonial", sem levar em conta todas as implicações que envolvem a nossa "formação colonial". É, entretanto, óbvio que sem a visão estrutural mais profunda perdem sentido as manifestações particulares e superficiais; e não somente para a compreensão daquela fase do nosso passado, senão ainda para um efetivo entendimento do Brasil de hoje torna-se indispensável uma análise explicitadora dos mecanismos do antigo sistema colonial, em cujo bôjo se desenrolou a colonização da América

(1) Cf. Caio Prado Jr., *Formação do Brasil contemporâneo*, 4.<sup>a</sup> ed., São Paulo, 1953, pp. 13-26.

portuguêsa. Basta ver o papel que ocupam nas discussões contemporâneas sobre o desenvolvimento econômico os problemas de persistência ou superação da "economia colonial". Vale pois a pena tentar rediscutir o assunto.

\* \* \*

Começemos por fixar o significado mais geral do fenômeno *colonização*: encarada do ângulo das relações dos homens com a natureza, colonização envolve sempre uma forma de ocupação, povoamento e valorização de novas áreas, isto é, alargamento e organização do ecúmeno (2). Este conceito geográfico apanha efetivamente o denominador comum de toda e qualquer colonização, mas deixa por isso mesmo de lado os componentes propriamente históricos que o fenômeno vai assumindo em cada momento de sua manifestação; assim, na época moderna, entre o Renascimento e a Revolução Francesa, a política Mercantilista imprime um caráter específico à ocupação e valorização das novas regiões, conformando-as de acordo com as tendências do capitalismo comercial em curso de desenvolvimento, isto é, noutras palavras, a colonização dos séculos XVI, XVII e XVIII assume a forma mercantilista.

Não obstante, essa conceituação é importante e mesmo imprescindível para discutirmos e criticarmos a *tipologia das colônias*, elaborada pelos teóricos do colonialismo, e desta forma aproximarmos-nos da colonização portuguesa na América. Se, de fato, colonização envolve sempre ocupação, povoamento e valorização de novas áreas, — ficam naturalmente excluídas categorias como "colônias de conquista" de classificação de Roscher (áreas em que os conquistadores visam vantagens não da produção, mas da exploração política e militar dos indígenas, como por ex. as dominações de Alexandre Magno no Oriente, ou dos normandos no sul da Itália), "colônias comerciais" das classificações de Roscher e Leroy-Beaulieu (entrepostos, fixados em países ricos mas onde o comércio não adquiriu a liberdade de movimentos das nações civilizadas), e "coloniais de posição" do esquema classificatório de Georges Hardy (estabelecimentos militares para garantir posições estratégicas, rotas, etc.) (3). São fenômenos de outra ordem, que não envolvem expansão do ecúmeno, e não entram pois no âmbito da colonização propriamente dita; o que não quer dizer que não se possam ligar, estar mesmo na raiz do processo colonizador. Em si mesmos porém não constituem colonização.

Feitas estas exclusões, defrontamo-nos com a clássica distinção entre colônias de *povoamento* e de *exploração*. Formulada primeiramente por Roscher (1848) retomada e melhor explicitada por Leroy-Beaulieu (1874), a

(2) Cf. Maximilien Sorre, *Les migrations des peuples*, Paris, 1955, p. 125 e segs.

(3) Cf. W. Roscher e R. Jannasch, *Kolonien, Kolonialpolitik und Auswanderung*, 3.<sup>a</sup> ed., Leipzig, 1885 (a primeira edição é de 1848). Paul Leroy-Beaulieu, *De la colonisation chez les peuples modernes*, Paris, 1874. Georges Hardy, *La politique coloniale et le partage de la terre*, Paris, 1937.



classificação se orienta não só pela forma que assume a ocupação e valorização da nova área, mas também pelo tipo de relações que mantém com o centro de origem, isto é, relações metrópole-colônia. As “colônias de povoamento” (“agrícolas”, na nomenclatura de Roscher) instalam-se em regiões pouco habitadas, de ambiente geográfico semelhante ao da metrópole; para elas dirigem-se povoadores com bens e famílias, instalam-se autonomamente, e pouco a pouco progridem. São assim frouxos os laços com a mãe-pátria; esta deve ser grande e populosa para promover uma grande emigração para o ultramar — do contrário perdem-nas, como ocorreu com os estabelecimentos da Holanda e da Suécia na América do Norte. Não se exigem grandes investimentos, mas sim volumosa migração, pois se trata de povoamento. A produção é em grande parte semelhante à metropolitana, o progresso é lento, a ambiência democrática, a independência inevitável. Exemplo: a Nova Inglaterra. As colônias de plantação (“Pflanzungskolonien”) ou de exploração (4) instalam-se para abastecer a metrópole dos chamados “produtos coloniais”: açúcar, café, indigo, tabaco, algodão... O meio geográfico será necessariamente diverso do metropolitano para produzir essas “Kolonialwaren”; o inter-tropical é a zona de eleição para esse gênero de empreendimento. O colono é, aqui, antes de tudo, empresário; reclamam por isso essas colônias grandes inversões de capital, e organização “artificial” (sic!) do trabalho, tais a escravidão ou migração engajada (“indentured”) ou mesmo a colonização “sistemática” preconizada por Wakefield, que recomendava primeiro uma organização “racional” da propriedade (isto é, as terras coloniais deviam ser vendidas a empresários) e só depois se fomentaria a emigração, pois do contrário (os emigrantes se apropriando da terra abundante e livre) escasseariam braços na colônia... (5) A produção dessas colônias de exploração visa pois o mercado metropolitano, a riqueza cresce rapidamente; o crescimento demográfico é porém lento, a sociedade “deixa muito a desejar”. O espírito democrático é débil e não amadurece cedo para a liberdade. As colônias antilhanas exemplificam a “plantation” típica. Percebe-se facilmente as intenções que motivaram os autores a estabelecer esse critério de diferenciação: aliás, eles o dizem explicitamente; visava-se antes de tudo orientar a política colonial das potências européias. Sem embargo, ao estabelecerem os tipos de colônias, as classificações procuram ordenar os vários componentes da realidade histórica, e desta forma dão-nos uma aproximação para equacionarmos a colonização que lastreia a formação brasileira. Fica claro que, em suas linhas gerais (os tipos, como já notava Leroy-Beaulieu, nunca se apresentam em estado puro), a colonização do Brasil se insere nos quadros do segundo tipo, isto é, colônia de exploração.

(4) Na primeira edição de sua obra (1874) Leroy-Beaulieu não usa as expressões «povoamento» e «exploração», na realidade modelares para caracterizar duas estruturas fundamentalmente distintas, como já acentuou incisivamente Caio Prado Jr. (op. cit.). Tal nomenclatura, contudo, ocorre nas numerosas reedições do *De la colonisation chez les peuples modernes*; veja-se por exemplo a 5.<sup>a</sup> edição, Paris, 1902, t. II, pp. 563 e segs.

(5) Cr. A. Siegfried, «Edward Gibbon Wakefield», in *Les Techniciens de la Colonisation*, Paris, 1947, pp. 175-193.

Façamos aqui um parêntese, para comentar a crítica que mais recentemente Georges Hardy apresentou a essa distinção clássica. Povoamento, diz êle, cobre realidades distintas, nem há exploração sem povoamento; são tôdas áreas do povoamento europeu: há que distinguir a forma do povoamento. De aí, classificar as colônias em colônias de "enraizamento" (nas quais predominam a população de origem européia) e colônias de "enquadramento" (onde o elemento indígena continua sendo a massa da população — naturalmente "enquadrada" pelos europeus...). Ora, tal crítica não nos parece de forma alguma convincente. Ao substituir-se o critério sócio-econômico por um critério no fundo étnico, perdem-se de vista as relações entre metrópole e colônia. O que Hardy verdadeiramente não compreendeu é que, pôsto que ôbviamente não possa haver exploração sem povoamento, nem êste sem aquela, numa estrutura o essencial é a exploração, noutra o povoamento; as colônias de exploração povoam-se para explorar (isto é, produzir para o mercado metropolitano), as de povoamento exploram os recursos do ambiente no fundamental para prover o seu próprio mercado (isto é, exploração para o povoamento); numa situação, povoamento explica a exploração, noutra é a partir da exploração que se pode entender o próprio povoamento. Caio Prado Jr., que penetrantemente identificou a fecundidade destas duas configurações e lhes marcou nitidamente os contornos na introdução de sua extraordinária obra já citada, parte daí para a análise da estrutura econômica da colônia em dois setores básicos: um, essencial e imediatamente voltado para o centro dinâmico metropolitano (economia de exportação), outro dependente e que se explica a partir do primeiro (economia de subsistência), acentuando que naturalmente os produtos de exportação podem ser, e o são, também, consumidos na colônia, e os de subsistência eventualmente exportados (ou passar de subsistência para exportação) sem que isso em nada retire a validade explicativa daquela caracterização (6). Também para Celso Furtado, que sob outros aspectos se afasta das análises de Caio Prado Jr., são as duas categorias fundamentais de colônias de exportação ou exploração e colônias de povoamento que interessam, para situar a formação econômica brasileira no quadro da expansão colonial européia (7). Já o velho Roscher parece que percebia bem o alcance da distinção; no curso de sua classificação, tendo fixado o tipo de "colônias agrícolas" (que como vimos já esboça o conceito de colônias do povoamento), ao passar a tratar das "colônias de plantação" (exploração) como categoria distinta, pergunta-se se não seria o caso de considerá-las um subtipo das colônias agrícolas, pois que de agricultura se trata; mas, insiste com acuidade, a diferença é tão essencial que se tornou o fundamento da tenebrosa guerra e secessão nos Estados Unidos da América (8). Portanto: *colonização* significa, no plano mais genérico, alargamento do espaço humanizado, envolvendo ocupação, povoamento e valorização

(6) Cf. *Formação do Brasil Contemporâneo*, 4.<sup>a</sup> ed., São Paulo, 1953, pp. 13-26, 113-123, 151-154.

(7) Cf. Celso Furtado, *Formação Econômica do Brasil*, Rio de Janeiro, 1959, pp. 11-52.

(8) Cf. *Kolonien...*, pp. 23-24.



de novas áreas (Sorre); historicamente, na época moderna, entre a expansão ultramarina e européia e a revolução industrial, *exploração* e *povoamento* (Leroy-Beaulieu) constituem-se nos dois sentidos básicos em que se processa o movimento de europeização do mundo, delimitando as duas categorias fundamentais de colônias geradas nesse período. Assim, a pouco e pouco, através a crítica dos conceitos, vamo-nos aproximando da perspectiva histórica, pois somente ela permite enlaçar todos êsses elementos, revelando-lhes o sentido como partes de uma totalidade concreta e dinâmica, que procuraremos agora explicitar.

\* \* \*

Rigorosamente, a consecução do desiderato acima formulado exigiria nada menos que tódia a história da expansão ultramarina e colonial européia nos séculos XVI, XVII e XVIII. O que evidentemente está além de nosso alcance e fora de nosso propósito, neste artigo. Na verdade, pôsto que somente o estudo histórico concreto do período pode resolver os problemas e explicitar as conexões entre os vários segmentos da realidade nas suas múltiplas manifestações, não será de certo inútil a tentativa de estabelecer, à base das linhas mais gerais da história da época, o esquema conceitual e explicativo com que se deva abordar a análise de uma das manifestações desse complexo: no caso, a história da colonização portuguesa no Brasil, no quadro do antigo sistema colonial. É nesta faixa de indagações que nos colocamos, procurando fixar e explicitar os pressupostos com que se deve enfocar, de maneira efetivamente compreensiva, o Brasil-colônia.

Visualizada em conjunto, a chamada Época Moderna, isto é, o período que transcorre entre o Renascimento e a Revolução Francesa, ou entre a expansão ultramarina e a revolução industrial, se nos apresenta como a etapa da história do Ocidente em que predominam as formas políticas do absolutismo, e, no plano social, a organização da sociedade em "estados" ou "ordens"; deslocando o ângulo de observação para o universo das relações econômicas, defrontamo-nos com o capitalismo comercial (9) e a política mercantilista; contemporaneamente, assiste-se à prodigiosa expansão marítima e comercial da Europa, e seu conseqüente desdobramento na implantação das colônias no ultramar. Tais as peças do sistema, e o seu simples enunciado já nos conduz à procura das conexões recíprocas. Entre a monarquia unitária e centralizada, ou mais exatamente entre o processo de unificação e

(9) Sobre «capitalismo comercial», veja-se: Frédéric Mauro, «Pour une théorie du capitalisme commercial», in *Vierteljahrschrift für Sozial-und Wirtschaftsgeschichte*, vol. 42 (1955), pp. 117-121; «Towards an Intercontinental Model: European Overseas Expansion between 1500 and 1800», *Economic History Review*, vol. XIV (1961), pp. 1-17.

(10) Cf. E. F. Heckscher, *La Época mercantilista*, trad. esp., México, 1943, pp. 17-29.

centralização, e a política mercantilista são claras as relações, pois, como demonstrou definitivamente Heckscher (10), a política mercantilista foi um instrumento de unificação ao mesmo tempo aliás que pressupunha certo grau de integração nacional para que se pudesse executar. Na base de ambos êsses segmentos, a expansão da economia de mercado em detrimento da economia dominial da Idade Média, envolve a conseqüente emersão das classes burguesas no bôjo do terceiro estado que assim tende a se diferenciar cada vez mais: efetivamente, a subordinação de tôda a sociedade ao poder da realeza — essa estranha e aparente projeção do poder para fora da estrutura social, a passagem da suzerania à soberania — representou no conjunto a forma de a burguesia assegurar-se das condições de garantir a sua própria ascensão e criar o quadro institucional do desenvolvimento do capitalismo comercial. Tratava-se, em última instância, de subordinar todos ao rei, e orientar a política da realeza no sentido do progresso burguês, até que, a partir da Revolução Francesa e pelo século XIX afora, a burguesia se pudesse tornar, como diria Charles Morazé, “conquistadora” e modelar a sociedade à sua imagem, de acôrdo com seus interesses, segundo os seus valores. Estratégia nem sempre explícita ao nível da consciência individual, e sempre inçada de dificuldades sem conta; a história concreta dêsse processo é sobremaneira tortuosa e F. Braudel pôde falar nas “traições” da burguesia (11). De qualquer forma, Roland Mousnier, especialista no assunto, equaciona as variações do regime político dessa época em função da importância maior ou menor da burguesia nas várias partes da Europa, e pois do grau mais ou menos intenso de desenvolvimento do capitalismo mercantil (12).

Se, por outro lado, o regime político predominante nos séculos da época moderna, contrastado com o feudalismo típico, afigura-se quase o seu oposto, — o mesmo não se dá quando aproximamos os dois períodos nos seus aspectos sociais. Apesar do surto capitalista e burguês, persiste a estrutura estamental da sociedade organizada em “estados” juridicamente estanques, que se definem pelo nascimento, e isto significa a preservação da nobreza com seus privilégios, direitos senhoriais e em contrapartida necessária à manutenção das relações servis ou pelo menos de resquícios da servidão. Ora, isto revela o caráter de acomodação e ajustamento, o traço, digamos, menos revolucionário ou mesmo não-revolucionário dessa transição entre o feudalismo e a sociedade burguesa plenamente configurada (13). Os séculos XVI a XVIII surgem-nos, assim, portadores de permanências do passado e germes do futuro, tipicamente transitórios; o que não teria maior significado, já que essa é uma constante da história, se a representação dominante ou oficial que essa etapa se fazia de si própria não insistisse em considerar a estabilidade como o valor por excelência a se preservar: instaura-se, então, a “crise da

(11) Cf. F. Braudel, *La Méditerranée et le Monde Méditerranéen à l'époque de Philippe II*, Paris, 1949, pp. 619 e segs.

(12) Cf. Roland Mousnier, *Os séculos XVI e XVII*, trad. port., São Paulo, 1957, p. 116 (col. *História Geral das Civilizações*, dirigida por M. Crouzet, t. IV, vol. I).

(13) Revolução, como se sabe, significa mudança estrutural em ritmo acelerado, cf. A. Mathiez, *La Révolution Française*, 4.<sup>a</sup> ed., Paris, 1960, vol. I, pp. 1-2.



consciência européia" (14). De aí as tensões e crises constantes, e as múltiplas formas de ajustamento; é na Inglaterra que as revoluções do século XVII, moderando o absolutismo, ajustam por assim dizer o sistema aos seus fins históricos (15), e nem é por acaso que é esse país que se vai tornando paulatinamente hegemônico entre as grandes potências e se tornando o teatro das grandes transformações econômicas que marcam o advento do capitalismo industrial.

Absolutismo, sociedade estamental, capitalismo comercial, política mercantilista são portanto partes de um todo, inter-agem reversivamente neste complexo que se poderia denominar, mantendo um termo da tradição, *Antigo Regime*. É neste contexto e inseparavelmente dele que se pode focalizar a expansão ultramarina européia e a criação das colônias no Nôvo Mundo. No plano ideológico, a política econômica do mercantilismo recomenda, para a obtenção de balança favorável de comércio, a abertura de novos mercados e sua preservação monopolista; numa forma mais elaborada, preconiza-se o estabelecimento de colônias como respaldo da riqueza da metrópole. E note-se a coerência dessa forma de política de desenvolvimento que foi o mercantilismo: ao mesmo tempo em que se procuram remover os obstáculos institucionais internos (esforços de supressão das aduanas interiores, burocratização da administração, etc.) diligencia-se a criação de complementos externos (*colônias*, que agora vão adquirindo seu verdadeiro sentido), que permitam à economia metropolitana adquirir o máximo possível de auto-suficiência, e pois situar-se vantajosamente no comércio internacional para o qual pode assim carrear os seus excedentes. Note-se também que neste quadro a função das economias complementares coloniais é verdadeiramente essencial: são elas, as colônias, que irão permitir o funcionamento integrado da política mercantilista, criar-lhe as pré-condições.

A política mercantilista oferece-nos, pois, um prisma estratégico para apreendermos as conexões entre os diversos componentes do Antigo Regime. Executada pelo estado, que ao praticá-la se constitui e fortalece, abre condições para a expansão da economia de mercado em tôdas as direções, tudo convergindo no ativamento dessa acumulação de capital que Marx chamou de "originária" ou "primitiva" por se realizar predominantemente na órbita da circulação (incorporando entretanto excedente econômico gerado fora do sistema), mas que constitui ao mesmo tempo pré-requisito para a penetração e expansão das relações capitalistas no parque pròpriamente produtor (16).

Efetivamente, a expansão ultramarina européia, que se inaugura com os descobrimentos portugueses no século XV, significou, na sua primeira fase digamos pré-colonizadora, uma extraordinária redefinição da geografia eco-

(14) Cf. Paul Hazard, *La Crise de la Conscience européenne*, Paris, 1935, *passim*, especialmente pp. 3-29.

(15) Cf. Christopher Hill, «La Révolution anglaise du XVII<sup>e</sup> siècle. Essai d'interprétation», *Revue Historique*, vol. CCXXI, janeiro-março 1959, pp. 5-32.

(16) Cf. K. Marx, *Capital*, trad. esp., México, 1946, t. I, pp. 801 e segs.

nômica do ocidente pela abertura de novos mercados, montagem de novas rotas, conquista monopolista de novas linhas para a circulação econômica internacional; já na sua gênese, este movimento expansionista revela pois suas relações profundas com o estado moderno em formação. Assim, enquanto tradicionalmente se procurava explicar os descobrimentos ultramarinos em função de fatores externos, extra-europeus, a colocação moderna do problema (17) encara a expansão ultramarina como produto das "condições particulares dos próprios países atlânticos", isto é, são os problemas da economia da Europa Ocidental que levam ao esforço para a abertura de novas frentes de expansão comercial à abertura de novos mercados — a expansão atlântica apresenta-se, de fato, como forma de "superação da crise" européia do fim da Idade Média (18). Ora, na organização e execução do movimento expansionista teve papel relevante o estado monárquico absolutista (19), e mais uma vez vêm à tona as conexões entre os componentes do antigo regime; por outro lado, a exploração do ultramar fortalece a posição do estado monárquico que a promove, internamente em face das resistências feudais, externamente diante das outras nações. Da inter-relação desses elementos é que resulta a conformação a pouco e pouco da doutrina e da prática da política mercantilista.

Esta primeira fase da expansão européia consistiu pois, basicamente, na abertura de novos mercados, e no estabelecimento de condições vantajosas para a realização deste comércio ultramarino; acelerava-se, assim, a acumulação capitalista na Europa. Mas, no processo de expansão, como é sabido, os europeus acabaram por descobrir (ou redescobrir) o novo Mundo; aqui as condições diferiam radicalmente daquelas encontradas no Oriente: seria impossível prosseguir na exploração puramente comercial do ultramar, dado que inexistia nesta parte a produção organizada de produtos que interessassem ao mercado europeu. Para integrar essas áreas nas linhas do comércio europeu (e para preservar a soberania sobre elas, dado que a expansão se dá no quadro da competição entre as potências européias), havia mister organizar aí a produção para o mercado da economia central, européia; tornam-se indispensáveis, ocupação, povoamento, valorização — colonização em suma. Mas colonização de uma forma específica, dentro da expansão do capitalismo comercial e em conexão indissolúvel com todos os outros aspectos envolvidos nesse processo. A *colonização* moderna significou, pois, no fundo, um desdobramento da expansão puramente comercial, a transição da órbita da circulação para o nível da produção econômica no ultramar. Caio Prado Júnior, ainda uma vez, foi quem primeiro caracterizou a colonização como fenômeno

(17) Cf. Vitorino Magalhães Godinho, «Création et Dynamisme économique du Monde Atlantique (1420-1670)», *Annales (Économies. Sociétés. Civilisations)*. Janeiro-março 1950, pp. 32 e segs.

(18) M. Nunes Dias, *O Capitalismo Monárquico português (1415-1549)*, Coimbra, 1963, t. I, pp. 35 e segs.

(19) V. M. Godinho estuda (in *A Expansão quatrocentista portuguesa*, Lisboa, 1945) as etapas dos descobrimentos portugueses no século XV em função das vicissitudes do absolutismo monárquico em Portugal.



essencialmente *comercial*, como um desdobramento da expansão comercial européia; produzir para o mercado exterior, fornecer produtos tropicais ou metal nobre ao comércio europeu — eis o “sentido da colonização” (20), e é sem dúvida a formulação dessa categoria (ou descoberta desse “sentido”) que permitiu ao autor definir os dois setores básicos (exportação, subsistência) a partir dos quais analisa a estrutura econômica da colônia.

Todavia, as indagações que fizemos até aqui, cremos, permitem levar ainda mais longe a análise do “sentido” da colonização. Efetivamente, inserida no contexto mais geral do Antigo Regime — isto é, no contexto da política mercantilista do capitalismo comercial executada pelo estado absolutista — a colonização da época moderna revela nos traços essenciais seu caráter mercantil e *capitalista*; queremos dizer, os empreendimentos colonizadores se promovem e se realizam com vistas, sim, ao mercado europeu, mas, tendo em consideração a etapa em que isto se dá, a economia européia assimila êsses estímulos coloniais, acelerando a acumulação primitiva, por parte da burguesia comercial. A *aceleração da acumulação primitiva* configura, pois, o sentido último da colonização moderna. Note-se que ao nos expressarmos assim envolvemos na formulação várias decorrências: situa-se, por um lado, o momento histórico-econômico em que se localiza o processo; mais ainda, a colonização fica indissolúvelmente ligada ao processo histórico de formação do capitalismo moderno, à transição do capitalismo comercial para o industrial (capitalismo pleno). Caio Prado Júnior, que abriu decisivamente o caminho para esta análise, talvez tenha pago até certo ponto seu tributo à tradição da historiografia brasileira sempre menos voltada para as vinculações da história do Brasil com a história geral da civilização ocidental; assim, apesar do passo fundamental que a sua obra representa, pensamos ser ainda possível ir além no esforço de apreender o sentido da colonização. De fato, ela se apresenta agora como uma peça no conjunto de mecanismos que, promovendo a acumulação originária, tendiam a possibilitar a superação dos entraves institucionais e econômicos que ainda perturbavam a expansão do capitalismo moderno europeu (21). Peça aliás essencial; como parte integrante da política mercantilista, já vimos que a colonização fornecia uma espécie de retaguarda à economia metropolitana, tornando-a independente das outras potências nacionais; promovendo a acumulação de capital e ao mesmo tempo ampliando o mercado consumidor de manufatura, criava os pré-requisitos da transição para o capitalismo industrial.

Situada neste contexto, articulada nos componentes do Antigo Regime, a colonização moderna revela, portanto, como traços essenciais aquêles mecanismos através dos quais o processo colonizador promove a aceleração da acumulação capitalista; a acumulação na economia européia configura os fins, os mecanismos de exploração colonial, os meios. O conjunto desses me-

(20) Cf. *Formação do Brasil Contemporâneo*, pp. 13-26.

(21) Cf. Maurice Dobb, *Studies in the Development of Capitalism*, Londres, 1954, p. 177 e segs.

canismos — processos econômicos e normas da política econômica — constituem o *sistema colonial* que integra e articula a colonização com as economias centrais européias; tal sistema de relações torna-se portanto a categoria fundamental de toda esta análise. Reformulando agora: a colonização do Novo Mundo dá-se nos quadros do Antigo Sistema Colonial, isto é, o sistema colonial do Antigo Regime. A colonização portuguesa no Brasil se desenrola dentro desse sistema de relações, que lhe imprime a sua marca, determinando as linhas definidoras da estrutura sócio-econômica que aqui se instaura, dando sentido às expressões “Brasil-colônia” e “período colonial”.

Nem toda a colonização da América, porém, se desenrola dentro das traves do sistema colonial. Os sistemas nunca se apresentam, historicamente, em estado puro. Apesar de coeva, a colonização da América setentrional temperada dá-se fora dos mecanismos definidores do sistema colonial mercantilista; é em função dos problemas religiosos da Inglaterra, e sobretudo dos ajustamentos e das crises do absolutismo desse país durante o século XVII — época em que se inicia e se consolida a colonização da América do Norte — que se pode compreender a colonização de povoamento, e não de exploração que lá se realizou. E aqui retomamos as duas categorias — povoamento, exploração — para lhes explicitar o verdadeiro sentido na época moderna: colônias de exploração são as que se formam e se desenvolvem dentro dos quadros do sistema colonial; as de povoamento, posto que contemporâneas, situam-se à margem do sistema. A independência dos Estados Unidos da América originou-se, como se sabe, da resistência dos colonos à tentativa de aplicação, por parte da velha metrópole, do pacto colonial à Nova Inglaterra — revelando-se, assim, incompatibilidade entre sistema colonial e colônias de povoamento.

Isto nos conduz a uma última observação, indispensável antes de concluir. Inserindo a colonização moderna no contexto do Antigo Regime — absolutismo, capitalismo comercial, política mercantilista, sistema colonial — e procurando esclarecer as conexões que articulam os vários componentes desse todo, destacando as tensões sociais derivadas da ascensão burguesa a partir da estrutura feudal e através da época moderna, cremos ter escapado a um possível economismo que nos poderia ter viciado a análise, que se pretende globalizadora. Além disso, importa ficar bem claro que, ao tentarmos fixar as categorias essenciais desse processo histórico, não buscamos de forma alguma os denominadores comuns presentes necessariamente em todas as manifestações concretas, mas sim as determinantes estruturais, isto é, os componentes a partir dos quais é possível compreender o conjunto das manifestações, aqueles componentes que definem, explicitam, tornam inteligíveis os demais, e se não definem por eles. Em suma, tentamos demarcar a posição metodológica a partir da qual se deve proceder a análise da colonização.

Aceita essa perspectiva, torna-se claro que, por exemplo, existindo colônias de povoamento no bôjo da expansão ultramarina mercantilista que exige



exploração — é a partir da colonização exploradora que se pode entender o conjunto e pois também as colônias de povoamento, e não o contrário. Igualmente, se o “Brasil-colônia” se enquadra como colônia de exploração nas linhas do Antigo Sistema Colonial, não quer isto dizer que tôdas as manifestações da colonização portuguesa do Brasil expressem diretamente êsse mecanismo; mas, mais uma vez, os mecanismos do sistema colonial mercantilista constituem o componente básico do conjunto, a partir do qual deve pois ser analisado. No caso vertente, torna-se logo essencial analisar a posição de Portugal no quadro do desenvolvimento econômico do Ocidente e no das relações políticas internacionais, para se perceber as mediações através das quais o sistema mais geral se expressa no segmento particular. Sistema global: as relações entre o capitalismo mercantil europeu em desenvolvimento e as economias coloniais periféricas; segmento particular: relações da metrópole portuguesa com a colônia-Brasil.

